



## **Mário Mourão: “Patrões nunca tiveram uma coisa tão boa para eles”**

Mário Mourão, secretário-geral da UGT, considera que a reforma laboral em cima da mesa “é uma maravilha” para os patrões. E destaca que “a greve é um instrumento para obrigar a mesa a negociar”.

A última vez que a UGT e a CGTP convocaram uma greve geral foi durante o período da troika. Passados 12 anos, as duas centrais sindicais voltam a juntar-se para contestar o pacote laboral e a forma como o Governo liderado por Luís Montenegro tem conduzido as negociações. O secretário-geral da UGT diz que a central sindical continua disponível para negociar, mas considera que o novo documento apresentado pelo executivo nos últimos dias ainda não traz avanços "significativos". E apesar de defender que a melhor greve é a que não se faz, está convicto de que a UGT tem que fazer esta greve geral.

Os órgãos da UGT aprovaram nesta quinta-feira uma greve para 11 de Dezembro. Mas numa entrevista, disse que a central está sempre aberta a suspender a greve. Não há aqui uma contradição entre o secretário-geral e os órgãos da UGT?

Não, porque os órgãos da UGT também disseram que era preciso continuar a negociar. Quando numa negociação as coisas não estão a ocorrer positivamente, como é o caso, a greve é um instrumento para obrigar a mesa a negociar. Desde que o anteprojecto Trabalho XXI foi apresentado, a 24 de Julho, temos feito negociações bilaterais com o Governo, reuniões em plenário da Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS) e não tem resultado em nada. Há duas semanas, quando resolvemos tomar esta atitude, o que tínhamos na mesa era o mesmo documento de 24 de Julho. Não houve avanços no sentido da aproximação de posições.

A greve é apenas para pressionar o Governo a negociar ou também para protestar contra o conteúdo do próprio pacote laboral?

A resposta da UGT àquele pacote foi um rotundo não. As medidas são altamente gravosas para os trabalhadores, para os jovens que estão hoje no mercado de trabalho e para os que vão entrar. Não são estas medidas que vão facilitar a vida aos trabalhadores e aos jovens. Há aqui um desequilíbrio muito grande.

No dia de hoje [quinta-feira] temos uma resolução do conselho geral da UGT a dizer “vamos para a greve”, onde entram as suas declarações de que ainda pode ser travada?

A greve pode ser sempre travada. Haja vontade. A greve é um instrumento que temos para pressionar a outra parte a negociar ou a aproximar-se mais das posições

que defendem os sindicatos e para mostrar também o descontentamento face ao que está a acontecer. Há um descontentamento da UGT relativamente ao Governo e à negociação.

Então, em que circunstâncias concretas a UGT poderia equacionar desconvocar a greve?

Se houvesse da parte do Governo a disponibilidade para negociar tudo o que está em cima da mesa. Quando iniciou esta discussão, a UGT disse - e o Governo também concordou - que não há linhas vermelhas. Vamos ver o que podemos melhorar, mantendo, e o que deve sair, porque nem sequer melhorando serve. Quando entramos numa negociação dessas, acreditamos que é possível chegar a pontos comuns.

O que aconteceu é que o outro lado quis dar a entender que estava disponível para o diálogo, mas não dava passos significativos no sentido de negociar. A partir de um determinado ponto, percebemos que o Governo não estava disponível para mexer nas traves mestras e, assim sendo, usaram a UGT para dizer que estavam em diálogo, porque os outros [a CGTP] já tinham saído. Não estou a falar dos patrões, que esses estão confortáveis com a proposta do Governo. É uma maravilha, nunca tiveram uma coisa tão boa para eles.

O que responde a uma situação de impasse como esta? A luta e a greve. Mas a greve pode ser sempre travada, a melhor greve é aquela que não se faz.

"Percebemos que o Governo se estava a preparar para dizer, quando acabasse a discussão do Orçamento do Estado para 2026, que não havia condições para acolher as nossas propostas a não ser que assinássemos um acordo. A UGT não assina acordos em branco."

Os trabalhadores compreenderiam se a UGT desconvocasse a greve?

Os trabalhadores também não querem a greve, porque perdem um dia de trabalho. Os trabalhadores estão a fazer um sacrifício e fazem-no porque sabem que, para defender os seus direitos, às vezes tem que se chegar ao extremo. A greve é o extremo, é, sem dúvida, a bomba atómica.

O que é que o Governo tem de fazer para a greve não se realizar?

Quando informei a senhora ministra de que a UGT não estava confortável com este processo, e que iria tomar outras atitudes sem exclusão da greve, o que ela nos disse foi que lamentava, dado que estávamos a começar a trabalhar. É certo que estávamos a trabalhar, mas continuávamos com o documento inicial. Nós fomos falando na parentalidade, na amamentação, no banco de horas, no outsourcing, nos contratos a termos, na reintegração do trabalhador quando é despedido de

forma ilícita e ia-nos sendo dito que era possível melhorar algumas matérias, mas tínhamos sempre o mesmo documento.

No dia em que falei com a senhora ministra, houve muitas diligências no sentido de que a UGT não abandonasse a negociação e recebemos um telefonema a dizer "vão receber o documento que tanto pretendiam". Entretanto, já nos foi entregue um documento diferente.

Tem avanços significativos?

Não, não são significativos. Olho para o documento e não vejo ali nada. Nós pedimos que se discutisse a questão da jornada de trabalho – Espanha reduziu de 40 para 37 horas e meia por semana –, temos o compromisso de conciliar a vida profissional com a vida familiar... O que é que estamos a fazer sobre isto? Zero. Bem pelo contrário.

Estamos convictos de que temos que fazer esta greve geral, porque este documento vai acabar sempre na Assembleia da República. Nós percebemos que o Governo se estava a preparar para dizer, quando acabasse a discussão do Orçamento do Estado para 2026, que não havia condições para acolher as nossas propostas a não ser que assinássemos um acordo. A UGT não assina acordos em branco, nem dá cheques em branco a nenhum governo.

O Chega já se mostrou disponível para negociar, tem receio do resultado?

É óbvio. Eu acho que o Governo estava confortável com o convite do Chega a dizer que está disponível para aprovar o actual documento. Temos consciência disso. O que nós queríamos era que o documento chegasse à Assembleia da República já com contributos de forma a atenuar os efeitos mais negativos. Depois, vamos trabalhar também com os partidos políticos.

Portanto a greve vai avançar?

Esta greve tem de ser feita. Porque também é uma forma de comunicarmos com os trabalhadores que o que está aqui é muito sério e muito grave. E para a UGT estar nesta luta é porque as coisas não estão a correr mesmo bem.

"A greve é um instrumento para pressionar a outra parte a negociar ou a aproximar-se mais das posições que defendem os sindicatos e para mostrar também o descontentamento face ao que está a acontecer."

Quando o pacote laboral foi apresentado, os temas que tiveram mais destaque foi a questão da amamentação e dos direitos dos trabalhadores com filhos. Que outras medidas são problemáticas?

A UGT até fez um documento sobre todas as medidas gravosas em que diz o que o trabalhador vai perder. Temos de explicar o que está em causa, porque muita gente

ainda não percebeu que o que está em causa é muito sério. Este Governo não ficará no poder para sempre, mas o próximo, seja ele qual for, também não vai fazer muito para alterar [o que for agora aprovado], porque o trabalho difícil já foi feito.

Foi o que aconteceu com as medidas introduzidas no Código do Trabalho durante a troika. O Governo do PS alterou algumas, mas outras ainda se mantêm.

Foi. No dia em que fui falar com a ministra, o Sindel, sindicato que faz negociação com a EDP, recebeu uma denúncia do acordo colectivo cuja fundamentação já se referia ao anteprojecto. Nós sabemos o quanto os patrões estão confortáveis com esta proposta e o quanto a desejam. Por isso é que a negociação colectiva também tem andado a marcar passo, porque eles estão à espera disto.

Quando a proposta foi apresentada em Julho, a UGT perguntou se a legislação laboral era uma prioridade do Governo num momento em que o desemprego bate recordes sucessivamente baixos, com excepção dos jovens. Em vez disso, propusemos um reforço do acordo tripartido, nomeadamente o salário mínimo e os referenciais para a negociação [colectiva].

E porque é que o acordo não foi revisto?

Não sei. Todos os governos fizeram um reforço dos acordos de rendimentos, incluindo o anterior Governo liderado pelo actual primeiro-ministro. Mas este Governo é bem diferente do anterior, porque agora tem uma situação parlamentar confortável. Vamos ter mais dificuldade na nossa tarefa, mas não vamos desistir.

Considera que a questão dos salários deve ser discutida a par com a legislação laboral?

Não pode ser moeda de troca.

"Estamos convictos de que temos que fazer esta greve geral."

O que é que, na sua perspectiva, tem de sair desta proposta?

Não lhe vou dizer. Não quero condicionar a próxima fase da negociação.

Mas a UGT tem criticado a reposição do banco de horas individual...

O banco de horas individual é algo que, para a UGT, é muito difícil de aceitar. Aliás, no novo documento que nos apresentou, o Governo propõe revogar o banco de horas grupal.

E fica só o individual? Isso não é pior?

Exacto. O grupal, em que as empresas são obrigadas a fazer os referendos, a negociar, é revogado e só fica o individual. Será que a senhora ministra acredita mesmo que o banco de horas individual é melhor para os trabalhadores?

A UGT aceitaria mexer nos serviços mínimos?

Aceitamos que em algumas situações possamos revisitar a questão. Mas o que nos parece é que a proposta em cima da mesa é para criar dificuldades às greves.

Do ponto de vista dos trabalhadores quais são as propostas mais problemáticas?

A questão do outsourcing é difícil para nós. Tanto mais que um dos sectores mais fortes da UGT, que é o financeiro, perdeu milhares de postos de trabalho que foram substituídos por trabalho temporário. O outsourcing não é para as pequenas e médias empresas, é para os grandes grupos económicos que não acompanham os referenciais da negociação colectiva.

A partir do momento em que a UGT disse que avançava para a greve ouviram-se muitas críticas. Sentiu-se pressionado?

Há uma coisa que eu notei, esta decisão da UGT mexeu com muita gente e muita coisa.

Por exemplo?

Nós pedimos reuniões aos grupos parlamentares. Já reunimos com o PSD e encontrei uma preocupação grande face ao que pode surgir do impasse nas negociações, foi feito um apelo para que a greve geral pudesse ser evitada e manifestaram-se no sentido de a UGT não abandonar depois as negociações.

"Vamos continuar a negociar, não significa que a gente vá fazer um acordo. Queremos é que a proposta que vai para o Parlamento seja muito melhor do que a que foi apresentada."

Mas isso está em causa?

Nunca estive em cima da mesa, nem está. Nós vamos continuar a negociar, não significa que a gente vá fazer um acordo, nem pensar nisso. Queremos é que a proposta que vai para o Parlamento seja muito melhor do que a que foi apresentada. Para haver um acordo, ui...

O que é que seria o sucesso desta greve?

O sucesso da greve seria os trabalhadores virem para a rua nesse dia, não comparecerem ao serviço. Quanto mais, melhor. Mas eu também percebo a dificuldade dos trabalhadores. É um dia de salário.

E o que diria a um trabalhador que está indeciso?

Os trabalhadores têm que ter consciência que têm que fazer o que fizeram as gerações anteriores. São eles próprios que têm que lutar. O momento que hoje

vivemos é um momento difícil, perigoso, e a rua é a melhor forma de defender os direitos.

Refere-se ao contexto político?

Sim. A prova que hoje temos é que a democracia não está segura. É preciso cuidar dela, que ela está permanentemente em perigo.

Raquel Martins (texto) e Rui Gaudêncio (fotografia)